Gustavo Henrique Badaró
Pierpaolo Cruz Bottini

LAVAGEM
DE DINHEIRO

Aspectos penais e processuais penais
Comentários à Lei 9.613/1998,
com as alterações da Lei 12.683/2012

Prefácio
Maria Thereza Rocha de Assis Moura

100 ANOS
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS
SUMÁRIO

Prefácio – Maria Thereza Rocha de Assis Moura ........................................ 9

Parte I
Lavagem de Dinheiro

Introdução ........................................................................................................ 19

1. Aspectos Conceituais da Lavagem de Dinheiro ........................................ 21
   1.1 Considerações iniciais ............................................................................ 21
   1.2 Características e fases da lavagem de dinheiro .................................. 23

2. Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro ............................................ 27
   2.1 Âmbito internacional. As convenções e diplomas internacionais. As Recomendações do GAFI ................................................................. 27
   2.2 Cooperação privada. Os gatekeepers. Dever de registro, comunicação e compliance ................................................................. 32
   2.3 Combate à lavagem de dinheiro no Brasil ............................................ 35
      2.3.1 Considerações gerais ...................................................................... 35
      2.3.2 Cooperação privada no combate à lavagem de dinheiro. Pessoas e entidades obrigadas (art. 9.º). A expansão no novo texto legal .............................. 37
      2.3.3 Obrigações administrativas: conheça seu cliente (art. 10), dever de comunicação e de compliance (art. 11) ............................................................. 39
      2.3.4 Unidade de Inteligência Financeira (COAF) .................................. 40

Parte II
Lavagem de Dinheiro. Aspectos Penais

1. O Crime de Lavagem de Dinheiro .............................................................. 47
   1.1 Considerações iniciais ............................................................................ 47
1.2 Bem jurídico tutelado ........................................................................................................ 47
  1.2.1 Conceito de bem jurídico. A crise do instituto e sua capacidade de rendimento dogmático ...................................................................................................................... 47
  1.2.2 Bem jurídico tutelado pelas normas de lavagem de dinheiro ........................................ 49
    1.2.2.1 O bem jurídico lesado no crime antecedente como objeto de tutela da norma de lavagem de dinheiro ................................................................................................. 50
    1.2.2.2 A Administração da Justiça como bem jurídico lesado pelo delito de lavagem .......... 52
    1.2.2.3 A ordem econômica como bem jurídico afetado pela lavagem de dinheiro .............. 54
    1.2.2.4 Posicionamento ........................................................................................................ 57
    1.2.2.5 Pluriofensividade .................................................................................................... 61
    1.2.2.6 Crítica ....................................................................................................................... 61

2. DOS TIPOS PENAI S ............................................................................................................ 63
  2.1 Apresentação ...................................................................................................................... 63
  2.2 Ocultação e dissimulação (art. 1.°, caput) ........................................................................ 63
    2.2.1 Tipicidade objetiva ..................................................................................................... 63
      2.2.1.1 Elementos objetivos. A ocultação e a dissimulação ............................................. 63
      2.2.1.2 Crimes de resultado. A questão da insignificância ............................................. 66
      2.2.1.3 Objeto material. Bens direitos e valores. Relação entre crime antecedente e objeto material. Hipóteses de mescla de bens. O objeto material nos crimes fiscais .. 68
      2.2.1.4 Sujeito ativo. Crime comum. Hipóteses de autolavagem .................................... 73
    2.2.2 Crime permanente ou instantâneo ............................................................................. 75
    2.2.3 Infrações penais antecedentes .................................................................................... 80
      2.2.3.1 Modelos legislativos ............................................................................................. 80
      2.2.3.2 Expansão do rol de antecedentes ....................................................................... 82
      2.2.3.3 Estrutura da infração antecedente. Fato típico e antijurídico. Constituição do crédito tributário e lavagem de dinheiro. Lavagem da lavagem. Efeitos da delação premiada na infração antecedente .................................................................................. 83
      2.2.2.4 Prova da infração antecedente ............................................................................. 89
    2.2.4 Elementos subjetivos ................................................................................................ 92
      2.2.4.1 A lavagem de dinheiro como crime exclusivamente doloso. Prova do dolo ......... 92
<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2.2.4.2</td>
<td>A questão do dolo eventual. Hipóteses de cegueira deliberada</td>
<td>94</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2.4.3</td>
<td>Do erro de tipo e de subsunção</td>
<td>99</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2.4.4</td>
<td>Momento do dolo. Dolo antecedente e subsequente.</td>
<td>101</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2.4.5</td>
<td>Elementos subjetivos especiais</td>
<td>103</td>
</tr>
<tr>
<td>2.3</td>
<td>Da conduta do § 1.º do art. 1.º</td>
<td>105</td>
</tr>
<tr>
<td>2.3.1</td>
<td>Elementos objetivos. Apenas bens “diretamente” provenientes de infrações</td>
<td>106</td>
</tr>
<tr>
<td>2.3.2</td>
<td>Elementos subjetivos. O dolo direto</td>
<td>109</td>
</tr>
<tr>
<td>2.4</td>
<td>Do inciso I do § 2.º</td>
<td>110</td>
</tr>
<tr>
<td>2.4.1</td>
<td>Elementos objetivos. Apenas bens “diretamente” provenientes de infrações</td>
<td>110</td>
</tr>
<tr>
<td>2.4.2</td>
<td>Elementos subjetivos. Admissibilidade do dolo eventual</td>
<td>112</td>
</tr>
<tr>
<td>2.5</td>
<td>Do inciso II do § 2.º</td>
<td>114</td>
</tr>
<tr>
<td>3.1</td>
<td>Autoria. Autoria direta, mediata e coautoria. Autoria em estruturas de</td>
<td>117</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>poder organizadas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.2</td>
<td>Da participação</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>3.2.1</td>
<td>Conceito</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td>3.2.2</td>
<td>Da colaboração moral</td>
<td>121</td>
</tr>
<tr>
<td>3.2.3</td>
<td>Colaboração material. Requisitos. Teoria da imputação objetiva. Definição</td>
<td>122</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>dos deveres de cuidado. O dever norma de cautela com base na experiência geral da vida</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>3.2.4</td>
<td>Advogados, consultores e outros profissionais. Limites da participação punível</td>
<td>133</td>
</tr>
<tr>
<td>4.1</td>
<td>Do progressivo uso da omissão imprópria na lavagem de dinheiro</td>
<td>143</td>
</tr>
<tr>
<td>4.2</td>
<td>Dever de garante</td>
<td>143</td>
</tr>
<tr>
<td>4.3</td>
<td>Descumprimento das regras administrativas e dever de garante</td>
<td>145</td>
</tr>
<tr>
<td>4.4</td>
<td>Do domínio dos fatos e o elemento subjetivo na omissão imprópria</td>
<td>146</td>
</tr>
<tr>
<td>5.1</td>
<td>Medida da pena. Critérios para fixação. Pena de multa na lavagem de dinheiro</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>6.1</td>
<td>Medida da pena. Critérios para fixação. Pena de multa na lavagem de dinheiro</td>
<td>151</td>
</tr>
</tbody>
</table>
6.2 Causas de aumento (art.1.º, § 4.º) .................................................................................. 154
  6.2.1 Reiteração delitiva................................................................. 154
  6.2.2 Organização criminosa ......................................................... 159
6.3 Delação premiada (art.1.º, § 5.º) ............................................................................... 159

7. DOS EFEITOS DA CONdenAÇÃO ............................................................................ 169
  7.1 Da perda ...................................................................................... 169
  7.2 Da interdição .............................................................................. 171

8. PRESCRIÇÃO ................................................................................................. 173

9. NOVA LEI NO TEMPO .................................................................................. 175

PARTE III
ASPECTOS PROCESSUAIS PENais

INTRODUÇÃO ........................................................................................................ 179

1. DO PROCEDIMENTO APLICÁVEL ........................................................................ 181

2. DA RELAÇÃO DE ACESSORIEDADE ENTRE O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO E A INFRAÇÃO ANTECEDENTE E A INDEPENDÊNCIA DE PROCESSO E JULGAMENTOS.................................................................................. 183
  2.1 Da questão prejudicial e da influência da coisa julgada no processo pelo crime antecedente ...................................................................... 185

3. DA COMPETÊNCIA PARA O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO .......... 199
  3.1 Da competência da Justiça Federal ................................................................ 199
    3.1.1 Das varas especializadas no combate à lavagem de dinheiro na Justiça Federal .................................................................................. 199
      3.1.1.1 Da discussão sobre a possibilidade de especializar varas mediante atos normativos internos dos tribunais . 205
      3.1.1.2 Das Resoluções e Provimentos que especializam varas de lavagem de dinheiro e o problema da competência territorial .................................................. 214
      3.1.1.3 A garantia do juiz natural e aplicação imediata das mudanças de competência em razão da especialização das varas de lavagem de dinheiro .................................................................. 220
  3.2 Da conexão .................................................................................................. 233
    3.2.1 Da prorrogação de competência: competência absoluta ou relativa e as varas especializadas em lavagem de dinheiro .................... 239
SUMÁRIO

3.2.2 Da conexão com crime eleitoral ................................................................. 247
3.2.3 Da separação dos processos (art. 80 do CPP) e a garantia do juiz natural................................. 250
3.3 Do foro por prerrogativa de função ............................................................... 257

4. DA JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL ........................................................... 261
4.1 Da prova da infração antecedente para a condenação por lavagem de dinheiro........................................ 265
4.2 Da aptidão da denúncia por lavagem de dinheiro, em relação à imputação do crime antecedente............................... 266

5. DA CITAÇÃO E DO NÃO COMPARECIMENTO DO ACUSADO ..................... 269

6. DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS ....................................................... 273

7. DAS MEDIDAS CAUTELARES REAIS................................................................. 277

7.1 Das medidas assecuratórias cabíveis ............................................................ 280
7.1.1 Do sequestro de bens ................................................................. 285
7.1.2 Especialização e registro da hipoteca legal .............................................. 287
7.1.3 Arresto Prévio à Especialização e Registro da Hipoteca Legal .................. 290
7.1.4 Arresto subsidiário de Bens Móveis .......................................................... 291
7.1.5 Da busca e apreensão ............................................................................. 292

7.2 Do conceito de “indícios suficientes” e de seu objeto: o problema dos standards probatórios .................................................. 293
7.3 Da alegada inversão do ônus da prova ........................................................... 298
7.4 Da alienação antecipada: hipótese de cabimento ............................................. 301
7.5 Da liberação dos bens constritos ................................................................. 302
7.5.1 Do comparecimento pessoal como condição de conhecimento do pedido de liberação .......................... 305
7.6 Do levantamento do sequestro ..................................................................... 306
7.7 Da defesa contra o sequestro: o pedido de liberação ..................................... 311
7.8 Da aplicação subsidiária das defesas contra o sequestro previstas no Código de Processo Penal ............... 312
7.9 Das defesas contra a busca e apreensão ....................................................... 319
7.10 Da finalidade das medidas cautelares reais .................................................. 325
7.11 Da Alienação antecipada ............................................................................ 326
8. DA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES........ 339
9. DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS SOB MEDIDA CAUTELAR REAL......... 343
  9.1 Da remuneração do administrador ........................................ 347
10. DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (DE-
    VERIA SER TODO EM MAIÚSCULA, PARA SEGUIR O PADRÃO DOS OU-
    TROS CAPÍTULOS) ........................................................................ 351
11. DO ACESSO A DADOS CADASTR AIS DOS INVESTIGADOS............... 353
12. DA FORMA DE COMUNICAÇÃO DOS DADOS FINANCEIROS E TRIBU-
    TÁRIOS......................................................................................... 357
13. O AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO INDICIADO
    POR LAVAGEM DE DINHEIRO ..................................................... 359
14. O PRAZO LEGAL PARA O ARMAZENAMENTO DE DADOS PELA RECEITA
    FEDERAL ....................................................................................... 363

BIBLIOGRAFIA .................................................................................. 365

OUTRAS OBRAS DOS AUTORES ......................................................... 384